

PARECER INDEPENDENTE sobre a 1ª emissão de títulos verdes da Sterlite Power¹, em 2022

Valor da emissão: R\$ 625.000.000,00

Alinhamento com ODS



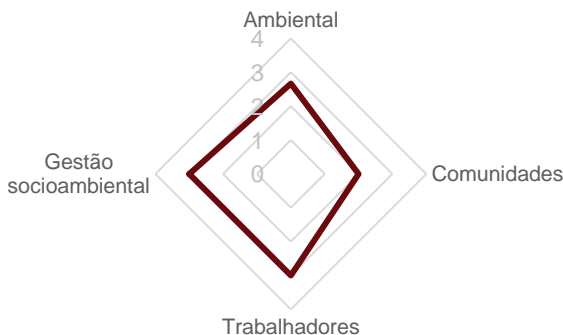
Alinhamento com categorias GBP/GLP

• Energia Renovável

GBP/GLP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos Fortes	Pontos de melhoria
Uso de recursos	Confortável	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Uso de recursos para reembolso (14%) e financiamento (86%) de infraestrutura de linhas de transmissão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN); ✓ Uso de recursos alinhado com <i>Green Bond Principles</i>, Taxonomia EU e <i>Climate Bonds Initiative</i>. ✓ 100% dos recursos direcionados para projetos em fases pré-operacionais, com previsão de início das operações até o fim de 2023. 	<ul style="list-style-type: none"> * Projetos não são direcionados para escoamento exclusivamente de fontes de energia renovável não convencional
Seleção e avaliação de projetos	Confortável	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Infraestruturas conectadas ao SIN, que tem fator de emissões em trajetória de redução e abaixo de 100 gCO₂e/kWh gerada nos últimos 5 anos; ✓ Bom desempenho quanto a práticas ASG nos projetos e gestão de licenças e condicionantes ambientais; ✓ 67,3% de participação de usuários verdes da rede. 	<ul style="list-style-type: none"> * Ausência de avaliação de riscos climáticos sobre os empreendimentos.
Gestão de recursos	Liderança	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Debêntures incentivadas 12.431; ✓ Mecanismos de vencimento antecipado em caso de alteração no uso de recursos; ✓ Valor dos projetos elegíveis superiores aos valores das emissões verdes; ✓ Os projetos elegíveis não foram objeto de outras emissões verdes ou rotuladas; ✓ Recursos para gastos futuros ficarão mantidos em ativos com baixo risco de contaminação temporária dos recursos (CDB com alta liquidez). 	-
Relato	Liderança	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Verificação externa em até 24 meses; ✓ Relatos dos indicadores ambientais e financeiros disponíveis ao público; ✓ Relato a ocorrer até a maturidade da emissão ou até que os recursos sejam totalmente alocados; ✓ Este Parecer será disponibilizado ao público. 	-

Gestão socioambiental dos ativos elegíveis²

Destaques ativos elegíveis



Pontos fortes

- ✓ Sem histórico de controvérsias;
- ✓ Sem interferência em áreas legalmente proibidas;
- ✓ Sem conflitos em territórios quilombola e indígena;
- ✓ Projetos levam energia de fontes renováveis dos Estados da PB, MG e GO para outras regiões do Brasil.
- ✓ Sistema de Gestão Ambiental Certificado ISO 14.001;

Pontos de melhoria

- * LTs com interferência em áreas de Assentamento sem informações ou previsões para encerramento dos processos indenizatórios.

¹ A emissão será realizada pela GBS Participações S.A., controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A., e futuramente *Holding* controladora das SPEs: Borborema Transmissão de Energia S.A (“Borborema”), Goyaz Transmissão de Energia S.A. (“Goyaz”) e Solaris Transmissão de Energia S.A. (“Solaris”).

² Em que 1 representa uma gestão socioambiental “insuficiente” dos ativos elegíveis, 2 representa uma gestão “satisfatória”, 3 representa uma gestão “confortável” e 4 representa uma gestão “superior”.

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment – IRR* 2019 e a primeira organização brasileira a avaliar as credenciais de Títulos Verdes.

Sumário

Sobre a SITAWI	2
I. Escopo	3
II. Opinião.....	5
III. Performance socioambiental do projeto.....	18
IV. Performance ASG da Sterlite Power.....	31
V. Método	35
Formulário Green Bond Principles	37

I. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde (“Green Bond”) da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da GBS Participações S.A, *Sub-Holding controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (Sterlite Power)*.

Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para reembolso e financiamento de despesas e gastos relacionados a três projetos de implantação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica de três Concessionárias controladas pela Sterlite Power, são elas: Borborema Transmissão de Energia S.A (“Borborema”), Goyaz Transmissão de Energia S.A. (“Goyaz”) e Solaris Transmissão de Energia S.A. (“Solaris”).

A presente emissão possui volume total de R\$ 625.000.000,00 e prazo de vencimento em 2044. A escritura da emissão pontua a categorização das debêntures como uma emissão incentivada pelo Ministério de Minas e Energia e deve observar o disposto na Lei nº 12.431/11.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles (GBP)*³, os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*⁴, a *Climate Bonds Taxonomy*⁵ da *Climate Bonds Initiative* e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Características da emissão baseada na análise da minuta da escritura das debêntures;
- Performance socioambiental do projeto de acordo com o processo de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da Sterlite Power a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela Sterlite, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela emissão da debênture, pelos projetos e pela gestão empresarial, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado em janeiro de 2022.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim

³ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-100621.pdf>

⁴ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

⁵ <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>

prover uma opinião com nível razoável de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A Sterlite pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)⁶ e a publicação NÃO PERCA ESSE BOND⁷ e *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021. Essa classificação será confirmada em até 24 meses após a emissão, com base em um parecer de pós-emissão a ser realizado pela SITAWI.

⁶ <https://info.sitawi.net/guiatitulosverdes2016>

⁷ <https://info.sitawi.net/naopercaessebond>


II. Opinião

Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, em nossa opinião, as debêntures verdes emitidas pela GBS Participações S.A, *Sub-Holding* controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (Sterlite Power), estão em conformidade com os *Green Bond Principles* e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, baseado no atendimento dos GBP. Os GBP são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados na seção “Método”.

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência. A seguir, consta a análise do alinhamento do Título Verde aos quatro componentes dos GBP.

Quadro 1 - Descrição da análise dos GBP para o Título Verde

Princípios e classificação	Análise e descrição
<p data-bbox="284 1317 400 1377">Uso de recursos</p> 	<p data-bbox="467 981 1356 1288">Descrição dos projetos e categorias financiadas: A presente emissão de debêntures com volume total de R\$ 625.000.000,00 tem como objetivo o financiamento e reembolso de gastos e despesas de implantação de três projetos de linhas de transmissão (LT) de energia elétrica ligadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que no contexto desta emissão corresponde à uma emissão categorizada como incentivada de acordo com a Lei nº12.431/11. Deste montante, 86% será destinado para gastos futuros relacionados ao CAPEX dos projetos, estimados para ocorrer até de dezembro de 2023. Os demais 14% serão utilizados para reembolsar despesas direcionadas aos projetos ocorridas nos últimos 28 meses.</p> <p data-bbox="467 1317 611 1350"><u>Borborema:</u></p> <ul data-bbox="517 1384 1356 1749" style="list-style-type: none"> • Empreendedor: Borborema Transmissão de Energia S.A • Localização: 13 municípios do Estado da Paraíba⁸. • Descrição do projeto: O projeto Borborema compreende Instalações de Transmissão localizadas no Estado da Paraíba que totalizam 130 Km de extensão, sendo compostas pelas Linhas de Transmissão (LT) Campina Grande III – João Pessoa II, em 500 kV e 123 Km de extensão, além de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, com extensões aproximadas de 0,5 km, compreendidos entre a Subestação João Pessoa II e os pontos de seccionamentos das Linhas de Transmissão em 230 kV Goianinha – Mussuré II, Goianinha – Santa Rita II e Santa Rita II – Mussuré II. <p data-bbox="563 1756 1356 1904">Ainda compõem o projeto, a Subestação (SE) João Pessoa II e Entradas de Linha (EL) correspondentes à Subestação João Pessoa II, bem como a aquisição de equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas das Linhas das subestações Goianinha, Mussuré II e Santa Rita II.</p>

⁸ Os municípios por onde passam a Linha de Transmissão (LT) são: Campina Grande, Conde, Fagundes, Ingá, Itabaiana, João Pessoa, Mogeiro, Pedras de Fogo, Pilar, Queimadas, Santa Rita, São José dos Ramos, São Miguel do Taipu.

	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo do projeto: Escoamento de energia renovável produzida em usinas eólicas na região da Paraíba (PB). Ressalta-se que as instalações de Borborema ampliam também o escoamento do estado do Rio Grande do Norte, considerada área Leste da Região Nordeste (RN, PB, PE e AL). • Usuários verdes diretos: Não há previsão para conexão direta de usuários verdes ao projeto Borborema. • Usuários verdes indiretos: O relatório do ONS PAR/PEL 2021-2025⁹⁻¹⁰ indica incremento de cerca de 8,8GW até 2025, representados por cerca de 200 usinas eólicas e uma usina solar. <p><u>Goyaz:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor: Goyaz Transmissão de Energia S.A • Localização: 12 municípios de Goiás¹¹. • Descrição do projeto: O projeto Goyaz é responsável pela operação de 154 km de linhas de transmissão no estado de Goiás, contemplando a LT Edéia – Cachoeira Dourada, em 230 kV, de extensão aproximada de 150 km; Pelo pátio novo na Subestação Pirineus e o Compensador Estático da SE Barro Alto. Além destas, o projeto prevê Instalações de Transmissão, Conexões de Unidades de Transformação, Interligações de Barramentos, e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dessas unidades. O projeto contempla ainda a implementação de trecho de Linha de Transmissão em 345 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 2 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 345 kV Samambaia - Bandeirantes e a Subestação Pirineus 345 kV, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Pirineus 345 kV, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Samambaia e Bandeirantes • Objetivo do projeto: Escoamento de energia produzida em usinas hidroelétricas na região de Cachoeira Dourada em Goiás (GO). • Usuários verdes diretos: Não há previsão para conexão direta de usuários verdes ao projeto Goyaz. • Usuários verdes indiretos: O relatório do ONS PAR/PEL 2021-2025 não indicou atendimento à fonte solar. Contudo nos relatórios executivos do PAR/PEL 2022-2026, existe previsão de fontes renováveis verdes para os estados de GO e MG em andamento na ordem de 11 GW. <p><u>Solaris:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Empreendedor: Solaris Transmissão de Energia S.A • Localização: 7 municípios de Minas Gerais¹². • Descrição do projeto: Solaris é responsável pela operação de 206 km de linhas de transmissão, além de subestações associadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). São elas: LT Janaúba 3 – Jaíba, em 230 kV; LT Pirapora 2 – Três Marias, em 345 kV. Além disso, o projeto contempla a Subestação Janaúba 3, bem como
--	--

⁹ http://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/Sum%C3%A1rio_executivo_ONS_PAR-PEL-2021-25.pdf

¹⁰ <http://www.ons.org.br/SCPCB/Paginas/cicloestudos/2021-2026/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Reuni%C3%A3o%20PAR-PEL22-26.pdf>

¹¹ Os municípios por onde passam a Linha de Transmissão (LT) são: Barro Alto, Anápolis, Bom Jesus de Goiás, Cachoeira Dourada, Edealina, Edéia, Goiatuba, Itumbiara, Joviânia, Panamá, Pontalina e Vicentinópolis.

¹² Os municípios por onde passam a Linha de Transmissão (LT) são Buritizeiro, Jaíba, Janaúba, Pirapora, São Gonçalo do Abaeté, Três Marias, Verdelandia.

	<p>barramentos, instalações vinculadas, entradas de linha e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objetivo do projeto: Atender a demanda de transmissão de energia produzida em parques geradores de energia Solar na região de Minas Gerais (MG). • Usuários verdes diretos: Segundo relatório do ONS PAR/PEL 2021-2025¹³⁻¹⁴ são previstos 34 acessos de usinas fotovoltaicas. • Usuários verdes indiretos: O relatório do ONS PAR/PEL 2021-2025 indicou que pelo menos outros 45 usuários verdes serão conectados ao sistema Solaris até 2025. Segundo informações disponibilizadas pelo emissor, a previsão é que o Norte de Minas Gerais atingirá cerca de 40,3 GW de potência instalada até 2026. <p>Os Borborema, Goyaz e Solaris se encontram em estado pré-operacionais, ou seja, em fase de instalação e implantação. A Expectativa da empresa é que início da operação comercial dos projetos ocorra ao longo dos anos de 2022 e 2023. Com isso, constata-se que os recursos serão alocados em projetos cujas operações definitivas iniciarão em até 24 meses após a liquidação da dívida. Adicionalmente, verificou-se que a Alocação dos Recursos ocorrerá com prazo inferior a 24 meses após a emissão.</p> <p>Após o término das obras, a ANEEL emitirá para cada uma das concessionárias (Borborema, Goyaz e Solaris) o Termo de Liberação Definitivo para iniciar a operação integrada à Rede Básica do SIN. Esse termo declara que o atendimento a todos os requisitos dos procedimentos de rede referentes às instalações, de forma a atestar que a aptidão dos sistemas e sinalizar que não existem demais pendências para iniciarem a operação comercial. Somente a partir disso, as LTs estarão aptas para realizar o despacho integral de energia de forma definitiva no Sistema Interligado Nacional.</p> <p>Benefícios ambientais e alinhamento do uso de recursos com standards de sustentabilidade: Linhas de transmissão no Brasil contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no SIN, de modo que se enquadra como categoria elegível a receber recursos de Títulos Verdes.</p> <p>Diversos padrões nacionais e internacionais reconhecem que transmissão de energia renovável é uma categoria elegível a emissão de títulos verdes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os <i>Green Bond Principles</i> (GBP) incluem projetos que suportem a energia renovável, como os de transmissão; • A Taxonomia da <i>Climate Bonds Initiative</i> considera elegível a emissão de Título Climático para projetos ou ativos cujo uso de recursos é destinado à construção, atualização e operação de infraestrutura do sistema de transmissão e distribuição de energia, que transporta eletricidade em uma variedade de tensões em sistemas interconectados ou sistemas de distribuição. A infraestrutura pode incluir: linhas aéreas (condutores e isoladores), torres e postes, transformadores, reatores e subestações, cabos subterrâneos, disjuntores e quadro de distribuição; • A publicação “Não Perca Esse Bond” enquadra projetos de transmissão de energia elétrica não dedicados a energia renovável como capazes de gerar reduções em emissões de até
--	---

¹³ http://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/Sum%C3%A1rio_executivo_ONS_PAR-PEL-2021-25.pdf

¹⁴ <http://www.ons.org.br/SCPCB/Paginas/cicloestudos/2021-2026/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Reuni%C3%A3o%20PAR-PEL22-26.pdf>

	<p>20% ao longo do seu ciclo de vida, dado que são elementos fundamentais para dar estabilidade ao sistema elétrico brasileiro, com grande participação de energia renováveis que são, por natureza, intermitentes e interdependentes. A publicação também indica que o aumento da participação de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN) deve ser acompanhado pela ampliação de sistemas de transmissão para redução de perdas e congestionamentos, bem como para garantia de escoamento e segurança energética.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia considera a construção e operação de sistemas de transmissão que transportam energia elétrica no Sistema Interligado como ativos com potencial de apoiar a integração de energia renovável na rede elétrica. Por isso, esse tipo de infraestrutura contribui para a transição do fornecimento de energia intensiva em carbono, por meio de eletrificação e desenvolvimento paralelo de capacidade de geração de energia de baixo carbono. Como consequência, contribuem para a diminuição das emissões diretas da infraestrutura de transmissão e distribuição. Também, são ativos com potencial de incentivar tecnologias de gerenciamento de rede que integrem a geração de baixa emissão de carbono e economia de energia do lado da demanda <p>Ainda, projetos de transmissão de energia para suporte a expansão da geração renovável também estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7 (“Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”) e 13 (“Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”).</p> <p>Pela característica do SIN, não é possível garantir que as linhas de transmissão financiadas pela Sterlite transmitirão apenas energia renovável, visto que, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)¹⁵, em outubro de 2021, a capacidade total instalada no SIN originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear) ainda era de 14,4%. No entanto, devido às LT estarem localizadas nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-oeste do Brasil, regiões com alto potencial de geração de energia por fontes renováveis, segundo informações da Empresa de Pesquisa Energética (2021)¹⁶, há garantia de participação de energia oriunda de fontes eólicas e solar na transmissão. Conforme documento enviado pela empresa, os projetos contribuem para conectar as usinas de geração de energia renovável do interior do Brasil às regiões onde o consumo é maior.</p> <p>Para respaldar a tese de que os sistemas de transmissão darão suporte ao escoamento de energia renovável e o benefício de mitigação de mudança do clima associado, alguns argumentos são listados abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fontes de energia renovável não convencionais, tais como fotovoltaica e eólica, são, por sua natureza física, intermitentes. Por esta razão, possuem alta interdependência entre si e com fontes convencionais. Neste sentido, a expansão da matriz elétrica renovável do Brasil depende da melhoria na infraestrutura de transmissão de energia para permitir o escoamento de energia renovável não convencional e garantir segurança energética com o crescimento dessas fontes. Esse aspecto é ratificado pelo estudo
--	--

¹⁵ Conforme definido em seu website, o ONS é órgão responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) e pelo planejamento da operação dos sistemas isolados do país, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Disponível em: <http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-sistema-em-numeros>

¹⁶ https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-332/topico-426/Cap04_Figuras.pdf

	<p>“Transição da indústria de energia, aqui e agora” (<i>Power-Industry Transition, Here and Now</i>) do Instituto de Análise Econômica e Financeira de Energia (<i>Institute for Energy Economics and Financial Analysis - IEEFA</i>). Esse estudo mostra que alguns países que possuem em sua matriz elétrica um volume significativo de energia eólica e solar, não sofrem com interrupções por terem um sistema de transmissão robusto. Nesse sentido, o estudo destaca que, para integrar energias renováveis à rede, é fundamental o investimento em transmissão para reduzir perdas e congestionamentos¹⁷;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O <i>International Development Finance Club</i> - IDFC, associação formada pelos principais bancos de desenvolvimento do mundo, reconhecem linhas de transmissão para energia renovável como investimentos elegíveis dentro de seus <i>Common Principles for Climate Mitigation Finance Tracking</i>¹⁸; • No Brasil, o aumento da produção de energia renovável, principalmente eólica, ainda vem acompanhado de carência nas linhas de transmissão e distribuição, o que gera a necessidade de expandir o sistema de transmissão das regiões Sul, Sudeste e Nordeste em um período mais curto. A Empresa de Pesquisa Energética já está elaborando um “planejamento proativo da expansão da transmissão por meio da elaboração de estudos específicos, de caráter prospectivo, que possuem o intuito de antecipar o sistema de transmissão para a integração do potencial de fontes alternativas renováveis”¹⁹. • De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as fontes de geração de energia eólica e solar fotovoltaica têm se mostrado economicamente mais competitivas frente às outras fontes que estão se expandindo na matriz energética brasileira. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia – 2030, as fontes eólicas e solares, juntas, representam um aumento de 4% da capacidade instalada, um adicional de 6 GW entre dezembro de 2020 e final de 2030. Existe, também, a perspectiva de que o volume de energia renovável não convencional siga crescendo: é esperado que, em 2030, a geração de eletricidade das fontes eólica, fotovoltaica e de biomassa represente 24% da matriz elétrica brasileira. Isso significa uma expansão de 24% da capacidade instalada de fontes renováveis alternativas²⁰. • As linhas de transmissão da Sterlite Power integrarão o Sistema Interligado Nacional (SIN), um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia do mundo e composto majoritariamente por fontes com baixa emissão de carbono (hidrelétricas). Em 2020, o SIN teve um fator de emissão de 63,5 kgCO₂eq/MWh contra 882,3 kgCO₂eq/MWh dos sistemas isolados no Brasil, este último composto majoritariamente por fontes térmicas. O melhor aproveitamento do potencial de energia limpa do SIN depende da eficiência e qualidade da infraestrutura de transmissão²¹. • Fontes renováveis não convencionais tendem a ser menos <i>utility-scale</i> e mais distribuídas. Neste sentido, a expansão do sistema de transmissão é importante para permitir a integração de fontes mais distribuídas e intermitentes no sistema.
--	--


¹⁷ http://ieefa.org/wp-content/uploads/2018/02/Power-Industry-Transition-Here-and-Now_February-2018.pdf

¹⁸ <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/65d37952-434e-40c1-a9df-c7bdd8ffcd39/MDB-IDFC+Common-principles-for-climate-mitigation-finance-tracking.pdf?MOD=AJPERES>

¹⁹ <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-423/topico-483/04%20Tramiss%C3%A3o%20de%20Energia%20El%C3%A9trica.pdf>

²⁰ <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/plano-decenal-de-expansao-de-energia-2030-e-entregue-ao-presidente-da-republica/PDE2030.pdf>

²¹ https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/Anu%C3%A1rio_2021.pdf

	<p>A classificação do quesito Uso de Recursos, referente ao Green Bond Principle 1 foi entendida como Confortável, uma vez que não existe previsão de conexões diretas de transmissão de energia renovável não convencional relacionadas aos projetos Borborema e Goyaz.</p>
<p>Processo de seleção e avaliação de projetos</p> 	<p>Alinhamento da emissão com estratégias da Sterlite Brazil Participações S.A.: Através do seu relatório anual de sustentabilidade a Sterlite Power assume como compromisso o escoamento de energias limpas presentes em sua operação no Brasil. Segundo a companhia, antes mesmo dos projetos irem à leilão, o mapeamento de novas opções de linhas e subestações de energia consideram o potencial de escoamento de energia limpa gerada por parques sem conexão atual ao SIN e para implantações de novas plantas, eólicas e solares. Desta forma, a implantação de projetos com estas características, contribuem para o desenvolvimento local e viabilizam novos empreendimentos de geração de energia renovável.</p> <p>O objetivo da Sterlite com a presente emissão é financiar o investimento em linhas de transmissão de energia elétrica que conectem, sobretudo, plantas de geração de energia renovável do interior dos estados da Paraíba, Goiás e Minas Gerais a regiões centrais de consumo a partir do Sistema Interligado Nacional (SIN). Uma das diretrizes estratégicas da Sterlite é a responsabilidade socioambiental no transporte de energia elétrica, interconectando a geração e a distribuição de energia elétrica no país de maneira sustentável.</p> <p>A companhia possui uma Política de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente formalizada que estabelece as diretrizes corporativas quanto ao impacto de suas operações no meio ambiente e desenvolve processos e práticas internas que endereçam temas ambientais, sociais e de governança (ASG) na gestão empresarial.</p> <p>Benefícios ambientais esperados: Dentre os projetos da empresa no Brasil, que irão compor mais de 2.000 km de linhas de transmissão, mais da metade está diretamente ligada ao escoamento de energias limpas, contribuindo para a expansão da geração de energia proveniente de fontes renováveis.</p> <p>Verificou-se em entrevistas com representantes da Sterlite, assim como através de consultas ao Sistema de Informações Geográficas do Setor Energético Brasileiro²², que o projeto Borborema tem como objetivo atender a demanda de usinas geradoras de energia eólica na região da Paraíba, enquanto Goyaz atenderá usinas hidroelétricas da região de Cachoeira Dourada em Goiás, e por fim, o projeto Solaris, que escoará a energia de parques Solares na região de Minas Gerais.</p> <p>A empresa estima que até 2026 terá 60,1 GW instalados que passarão pelas linhas da Sterlite, reafirmando a característica integradora das suas instalações, que são o ponto de conexão para o escoamento da energia renovável no SIN. Essas informações contabilizam as conexões diretas e indiretas com usuários de geração renovável não convencionais.</p> <p>O benefício ambiental gerado pelos projetos também pode ser corroborado pela variação do “<i>Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes</i>”. O indicador é composto das seguintes variáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável;

²² <https://gisepeprd2.epe.gov.br/webmapepe/>

- Faturamento com transmissão de energia renovável não convencional (R\$): demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes;
- Incremento do faturamento com novos usuários: variável diretamente relacionada com a potência de transmissão de energia (montantes de uso do sistema de transmissão - MUST) disponibilizada para os novos Usuários Verdes.

O cálculo de usuários verdes conectados é baseado nas usinas geradoras de energia conectadas ao SIN. Considerando a interligação da rede transmissão, esses dados são compartilhados por todas as LTs conectadas, visto que todas as linhas transmitem a mesma parcela de energia verde ligada ao sistema. Os dados de usuários conectados, assim como a previsão de conexão de novos usuários são disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) por meio de relatórios executivos periódicos de Consolidação da Previsão de Carga além dos Avisos de crédito (AVCs) disponibilizados aos operadores das LTs.

A tabela abaixo serve como uma base de referência para a identificação desse benefício. É possível observar a expansão dos usuários verdes entre 2019 e 2020 e a evolução da relevância de energia de fontes renováveis não convencionais na atividade de transmissão de energia. Entre 2020 e 2021, o número de usuários verdes cresceu para 734. O cálculo considerou informações de usuários verdes conectados ao SIN.

Benefício Ambiental	2019*	2020**
Média mensal do número de Usuários Verdes	579	644
Percentual de Usuários Verdes sobre o total de usuários considerando médias mensais (%)	64,2	67,3
Faturamento de Usuários Verdes (R\$)	-	-
Percentual de faturamento de Usuários Verdes sobre o total (%)	-	-

*Foi considerado o período de maio a dezembro.

**Foi considerado o período de janeiro a dezembro.

Ressalta-se que pelo fato dos empreendimentos Borborema, Goyaz e Solaris estarem em fases de implementação, não existem dados de faturamento disponíveis, desse modo, não foi possível mensurar este benefício em relação aos usuários verdes. Contudo, a partir do início das operações, o avanço desses indicadores será reportado anualmente pela Sterlite até o vencimento da emissão, de modo a demonstrar a relevância do benefício ambiental das linhas de transmissão contempladas nos projetos elegíveis por meio do aumento da participação de fontes renováveis não convencionais em relação a toda a energia transmitida.

Processo de seleção e avaliação dos projetos: O processo de seleção dos projetos para as emissões de debêntures verdes ficou a cargo da emissora por meio de processo interno. Os projetos passaram por processo de avaliação socioambiental realizado por equipe multidisciplinar, composta por representantes da diretoria, do setor jurídico, equipe técnica e de projeto, além de membros dos departamentos ambiental, de engenharia, qualidade e financeiro.

Os principais critérios avaliados foram a conformidade legal do licenciamento e o atendimento às condicionantes ambientais. Todos os projetos receberam as devidas licenças e autorizações de competência exclusiva dos órgãos ambientais. O acompanhamento dos requisitos socioambientais dos projetos é realizado pela equipe multidisciplinar, com auxílio das áreas que administram os respectivos projetos. As áreas de

engenharia que acompanham os projetos se reportam diretamente as Diretorias de Projetos e de Engenharia.

Durante a fase de construção dos projetos, a Sterlite conta com um plano de prevenção e controle dos impactos ambientais, consolidando as principais medidas preventivas, mitigadoras e corretivas que devem ser adotadas pelas empresas responsáveis pela construção dos empreendimentos. Esse plano também se constitui como um instrumento gerencial para o monitoramento de todas as atividades das obras, apresentando metas e indicadores de qualidade ambiental referentes à implantação, em consonância com as metas estabelecidas. O Relatório de Detalhamento de Programas Ambientais - RDPA, como é chamado, está alinhado ao Plano de Gestão Ambiental da Sterlite.

Frisa-se que a empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental com certificação ISO 14.001:2015. Ainda, vale destacar que todos os projetos operam com as devidas licenças ambientais atualizadas ou em processo de formalização de pedido de atualização.

Para a elaboração deste parecer, adicionalmente foram conduzidas análises quanto a performance socioambiental associada a implementação das LTs, considerando a atual fase dos projetos e tendo como referências a legislação brasileira e os Padrões de Desempenho (PD) da IFC - *International Finance Corporation*. Por meio dessa análise, concluiu-se que os projetos em questão possuem diversas práticas ASG associadas à dimensão ambiental, social e de governança com desempenho satisfatório, demonstrando *know how* técnico de suas atividades.

Alinhamento com Climate Bonds Initiative e Taxonomia de Atividades Sustentáveis da União Europeia: De acordo com o critério de Transmissão e Distribuição de Energia do *Climate Bonds Standard*, o financiamento de infraestrutura de linhas de transmissão é elegível a emissão de *Climate Bonds*. Para isso, a operação desses ativos deve atingir algumas exigências específicas, que foram analisadas frente às operações da empresa. As conclusões desta análise, que corrobora adicionalidade ambiental dos projetos e atendimento parcial das exigências, encontram-se a seguir.


1. Exigência de mitigação:

Caminho para a descarbonização: Como atendimento do critério de descarbonização, a CBI considera elegível ativos que pertencem a um sistema cujo fator de emissão médio da rede em que a infraestrutura está localizada está abaixo do valor limite de 100 gCO₂e/kWh durante um período médio de cinco anos consecutivos. Em termos práticos, o cumprimento da exigência se dá por conta da conexão ao Sistema Interligado Nacional, dado que o SIN tem fator de emissões em trajetória de redução e abaixo de 100 gCO₂e/kWh, conforme apresentado a seguir. Com isso, evidencia-se que os projetos da Sterlite estão atendendo às exigências de mitigação dos critérios de Transmissão e Distribuição de Energia da CBI.

Ano	Fator de emissões (gCO ₂ /kWh)
2016	81,7
2017	92,7
2018	74,0
2019	75,0
2020	63,5

Fonte: MCTIC (2021)²³

²³ Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/textogeral/emissao_corporativos.html

	<p>2. Exigência de adaptação e resiliência: O emissor deve adotar ações para mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre os empreendimentos, de acordo com os itens abaixo:</p> <p>(1) Identificação dos limites e as interdependências entre a infraestrutura e o sistema em que opera;</p> <p>(2) Identificação dos principais perigos físicos do clima aos quais a infraestrutura estará exposta e vulnerável ao longo de sua vida operacional;</p> <p>(3) Estabelecimento de estratégias e medidas frente aos riscos mapeados, de forma que sejam suficientes para que a infraestrutura se mantenha adequada às condições das alterações climáticas ao longo da sua vida operacional;</p> <p>(4) Estabelecimento de estratégias e medidas que aumentem a resiliência climática do sistema no qual o empreendimento opera, conforme indicado pelos limites e interdependências críticas no item (1).</p> <p>(5) Monitoramento e avaliação contínuos dos riscos, medidas de resiliência e ajustes relacionados a essas medidas, conforme necessário.</p> <p>Atualmente, a empresa não possui processos de avaliação de riscos climáticos implementados para seus empreendimentos que contemple a identificação dos limites e interdependências da infraestrutura, a identificação dos principais riscos físicos do clima sobre os projetos e o estabelecimento de estratégias de mitigação e monitoramento dos riscos. Também não há previsão para elaboração de estudo do tipo.</p> <p>No entanto, a Sterlite, através do Relatório Ambiental Simplificado – RAS, elaborado para seus projetos, levantou os principais riscos aos empreendimentos relacionados às mudanças climáticas: as queimadas e, conseqüentemente, a degradação do solo, e as chuvas. Portanto, identifica-se que a empresa apresenta algumas estratégias de mitigação e adaptação isoladas, embora não implementadas a partir de um plano de avaliação de riscos climáticos estruturado.</p> <p>Diante da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia, os projetos da Sterlite estão alinhados com os critérios de descarbonização, que, assim como a CBI, exige que o sistema onde as LTs estão localizadas tenha um fator de emissão inferior a 100 gCO_{2e}/kWh de energia gerada nos últimos 5 anos.</p> <p>Com base em nossa avaliação, o processo de seleção e avaliação de projetos possui alinhamento confortável com os Green Bond Principles. As lacunas encontradas dizem respeito ao atendimento parcial dos critérios setoriais da CBI e da Taxonomia da União Europeia para o setor de Transmissão e Distribuição de energia.</p>
<p>Gestão de recursos</p> 	<p>Características da emissão: Como mencionado na seção Uso de Recurso, os recursos serão direcionados para projetos em fases pré-operacionais, e serão alocados em menos de 24 meses. O financiamento dos gastos e despesas dos três projetos elegíveis serão realizados a partir de recursos próprios e emissão de debênture, emitida pela <i>Sub-Holding</i> (GBS Participações S.A.) e futuramente controladora das Sociedades de Propósito Específico - SPE (Borborema, Goyaz e Solaris).</p> <p>Do montante de R\$ 625.000.000,00, 14% será destinado para reembolso de gastos e despesas realizados nos últimos 28 meses e 86% destinado para gastos futuros (CAPEX dos projetos elegíveis), estimados para ocorrer até dezembro de 2023.</p> <p>A escritura da emissão pontua a categorização das debêntures como uma emissão incentivada, já que os projetos a serem financiados enquadraram-</p>

se como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia e devem observar o disposto na Lei nº12.431/11 quanto ao controle e comprovação de gastos. A não observância dessas normas implica em perda do benefício financeiro gerado pelo tratamento tributário especial.

A emissão possui prazo de vencimento de 22 anos (2044) e os recursos serão alocados nos projetos até dezembro de 2023, prazo inferior a 24 meses após a emissão. Destaca-se que a emissora não possui outra emissão de debêntures com rotulagem de títulos verdes e os projetos nunca foram objetos de outras emissões temáticas. Além disso, como evidenciado a partir da Tabela a seguir, a emissão possui volume inferior ao valor dos projetos a serem financiados.


Projeto	Valor do projeto	Alocação no projeto	Prazo de Alocação	% da emissão
Borborema	R\$ 482MM	R\$ 85 MM	Jun-23	14%
Goyaz	R\$ 337 MM	R\$ 95 MM	Mai-22	15%
Solaris	R\$ 570 MM	R\$ 260 MM	Abr-22	42%
<i>Financial Expenditures</i>	-	R\$ 100 MM	Dez-23	16%
Reembolso		R\$ 85 MM	-	14%
Total	R\$ 1.389 BI	R\$ 652 MM	Dez - 23	100%

Segundo informações passadas pela empresa, o montante de R\$ 100 MM indicado como *Financial Expenditures* na Tabela acima, representa custos relacionados ao refinanciamento execução de obras de instalação e implementação dos projetos elegíveis que serão executados até dezembro de 2023, desse modo, entendido como custos relacionados à composição do CAPEX dos projetos.

Procedimentos para gestão dos recursos: A escritura da emissão traz cláusulas de vencimento antecipado caso os recursos sejam alocados diferentemente do previsto na destinação do recurso, o que reduz o risco do mesmo ser usado para outros fins. Há uma cláusula que se aplica para o caso de não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive ambientais, necessárias para o regular exercício das suas atividades. Isso reduz o risco do Título estar em desconformidade socioambiental e se desalinhar aos *Green Bond Principles*.

Recursos temporariamente não alocados: Os recursos oriundos da presente emissão serão liquidados em conta corrente da emissora, e posteriormente será aportado como recurso próprio nas Sociedade de Propósito Específico (SPE). O saldo, que será utilizado para gastos futuros, será mantido em conta corrente da emissora ou das SPEs, podendo parte dos recursos ser usada para alocação temporária em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com alta liquidez. Desse modo, a alocação temporária destes apresenta baixo risco de contaminação dos recursos por atividades carbono intensivas.

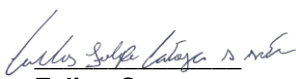
Com base em nossa avaliação, a gestão dos recursos possui alinhamento em nível de liderança com os *Green Bond Principles*.

<p style="text-align: center;">Relato</p> 	<p>A Sterlite se compromete a divulgar as informações acerca da alocação de recursos e benefícios socioambientais do projeto até a maturidade da emissão ou até que os recursos destinados a gastos futuros sejam totalmente alocados.</p> <p>As informações financeiras e os benefícios ambientais serão divulgados para os debenturistas, e publicamente através de informações do relatório de Socioambiental anual, sendo segregadas por projeto. Também, os compromissos descritos neste Parecer serão objeto de verificação externa por parte da SITAWI para verificação do uso dos recursos e indicadores em até 24 meses. Destaca-se, ainda, que a empresa se compromete tornar pública o parecer de segunda opinião via <i>Road Show</i>, e plataformas de comunicação da Sterlite (Website, redes sociais, comunicados internos, dentre outros).</p> <p>Os indicadores a serem relatados são:</p> <p>Indicadores Financeiros:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Alocação dos recursos futuros, por projeto (em R\$); b) Recursos alocados temporariamente em outros instrumentos que não o projeto (em R\$) <p>Indicadores Ambientais:</p> <ol style="list-style-type: none"> (a) Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes (apresentado no item Processo de seleção e avaliação de projetos); (b) Monitoramento e reporte de controvérsias socioambientais associadas aos projetos elegidos, como impactos adversos em áreas de preservação, de reassentamento de pessoas, acidentes, etc. (c) Fator de emissão médio do SIN dos últimos 5 anos (emissão de tonCO₂eq/MWh gerado no SIN). <p>Não foram identificadas lacunas sobre o Relato (<i>Green Bond Principle 4</i>). Portanto, sua classificação é de <u>Liderança</u>.</p>
--	--

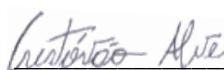
- **Análise da Empresa:**

Quadro 2 - Descrição da análise da empresa

Análise	Descrição
Performance ASG da Emissora	<p>Desempenho foi avaliado como “Confortável” nas dimensões “Gestão Socioambiental” e “Ambiental” e “Trabalhadores”, além de “Satisfatório” na dimensão “Comunidades”. Ressalta-se os projetos estão em fases pré-operacionais, desse modo as análises elaboradas neste capítulo envolvem elementos da fase de implantação.</p> <p>Por meio dessa análise, concluímos que a Sterlite possui diversas práticas ASG associadas à dimensão ambiental, social e de governança, demonstrando <i>know how</i> técnico de suas atividades.</p>
Controvérsias ASG	A partir da análise de controvérsias, concluímos que a empresa não está envolvida em casos que trouxeram repercussão negativa na mídia.
Conclusão	Considerando as informações apresentadas acerca das características dos projetos, a SITAWI considera os projetos elegíveis para o recebimento de recursos rotulados como verdes.

Equipe técnica responsável


Felipe Catorza
Analista
fcatorza@sitawi.net



Cristóvão Alves
Avaliador Líder
calves@sitawi.net

Rio de Janeiro, 14/01/2022.

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Sterlite ou de suas subsidiárias. A SITAWI declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão de debêntures verdes da Sterlite Power.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Sterlite. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI²⁴ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

²⁴ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

III. Performance socioambiental do projeto

Esta seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos projetos elegíveis, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos mesmos em contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente e para a transição para uma economia de baixo carbono. Complementar a isso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos.

Implementação de Infraestruturas de Linhas de Transmissão da Sterlite Power

Os projetos objetos dessa emissão são infraestruturas de linhas de transmissão de energia pelas concessionárias Borborema, Goyaz e Solaris. Borborema é composta por LTs, que somam 130 Km de extensão, e uma Subestação (SE), transpassando treze municípios do Estado da Paraíba. A concessionária Goyaz é composta por duas LTs, sendo uma de 230 kV com 150 km de extensão e outra de 345 kV com 2 km de extensão, e uma SE, transpassando no total 12 municípios no estado da Goyaz. Solaris é composta por duas LTs (230kV e 345Kv) que somam 206 Km de extensão, transpassando sete municípios entre os estados de Minas Gerais, além de possuir SEs associadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Segundo a Sterlite, devido à localização das linhas de transmissão, estima-se que ao menos 50% da energia transmitida pelas concessões seja oriunda de fontes de geração renováveis.

A Tabela 1 apresenta detalhes sobre os projetos enquanto a Figura 1 mostra a localização de cada um deles.

Tabela 1 – Linhas de Transmissão dos Projetos Borborema, Goyaz e Solaris.

Projeto	Linhas de Transmissão
Borborema	LT 500 kV Campina Grande III – João Pessoa II
	Pontos de seccionamentos das Linhas de Transmissão em 230 kV Goianinha – Mussuré II, Goianinha – Santa Rita II e Santa Rita II – Mussuré II
Goyaz	LT 2350 kV Edéia – Cachoeira Dourada
	Trecho de Linha de Transmissão entre o ponto de seccionamento da LT 345 kV Samambaia - Bandeirantes e a Subestação Pirineus 345 kV
Solaris	LT 230 kV Janaúba 3 – Jaíba
	LT 345 kV Pirapora 2 – Três Marias

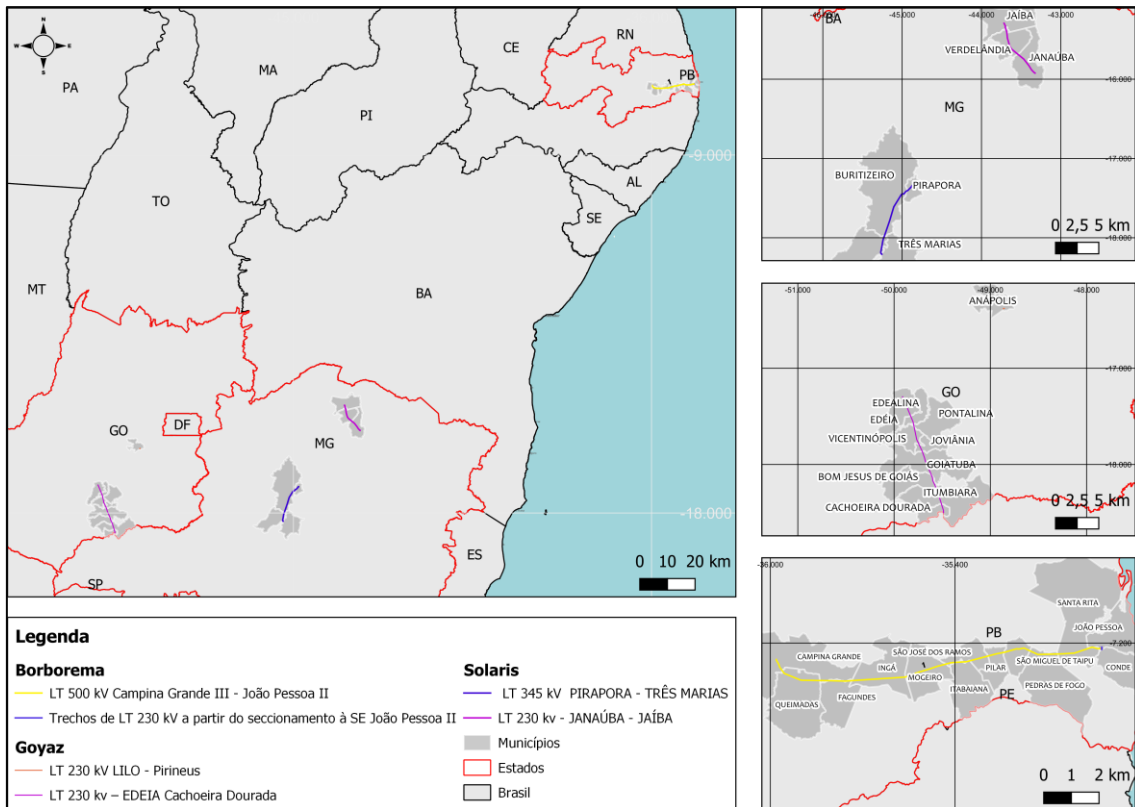


Figura 1: Localização das Linhas de Transmissões da Sterlite Power

Fonte de dados: Sterlite Power

Elaboração: SITAWI

Análise Socioambiental do Projeto

A avaliação da performance socioambiental associada a implementação das LTs foi realizada considerando a atual fase do projeto e tendo como referências a legislação brasileira e os Padrões de Desempenho (PD) da IFC - *International Finance Corporation*²⁵. De forma a fundamentar a avaliação dos PDs, foram verificadas – com uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) – eventuais interferências do projeto com áreas de sensibilidade socioambiental (como unidades de conservação²⁶, áreas quilombolas²⁷, assentamentos do INCRA²⁸, territórios indígenas²⁹, sítios arqueológicos³⁰, entre outros).

A performance socioambiental do projeto apresentou os seguintes resultados:

- Desempenho avaliado como “**Confortável**” nas dimensões “Gestão Socioambiental”, “Ambiental” e “Trabalhadores”, e como “**Satisfatório**” na dimensão “Comunidades”. Ressalta-se os projetos estão em fases pré-operacionais, desse modo as análises elaboradas neste capítulo envolvem elementos da fase de implantação.
- Não foram encontradas controvérsias relacionadas ao projeto.

Mais detalhes sobre a performance ambiental dos projetos elegíveis encontram-se no Quadro 3.

²⁵ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

²⁶ <http://mapas.mma.gov.br>

²⁷ <http://certificacao.incra.gov.br>

²⁸ <http://certificacao.incra.gov.br>

²⁹ <http://www.funai.gov.br>

³⁰ <http://portal.iphan.gov.br>

Gestão socioambiental

• Licenças e autorizações ambientais:

A Tabela 2 apresenta as licenças ambientais dos empreendimentos das concessionárias Borborema, Goyaz e Solaris. Todos os documentos estavam válidos ou em renovação e não foram verificadas desconformidades legais.

Tabela 2 – Licenças e Autorizações Ambientais relacionados aos projetos

Projeto	Licença/Autorização	Documento válido?	Número	Emissão	Validade
Borborema	ABIO Licença para captura/coleta/transporte /exposição/filmagem	Em renovação	36/2020	11/2020	11/2021
	LP- Licença Prévia	Substituída pela LI	1857/2019	08/2019	08/2020
	LI – Licença de Instalação	Sim	2535/2021	12/2021	06/2022
	ASV Uso Alternativo do Solo	Sim	2025.5.2020.177 11	03/2020	03/2022
Goyaz	LI - Licença de Instalação SE Pirineus	Sim	749/2020	11/2020	11/2030
	LI - Licença de Instalação Seccionamento Pirineus	Sim	715/2020	11/2020	11/2030
	ASV - Uso Alternativo do Solo Edeia Cachoeira Dourada	Em renovação	2052.9.2020.244 58	10/2020	10/2021
	ASV - Uso Alternativo do Solo SE Pirineus	Em renovação	2052.9.2020.244 57	10/2020	10/2021
	ASV - Uso Alternativo do Solo Seccionamento Pirineus	Em renovação	2052.9.2020.244 57	10/2020	10/2021
	LP - Licença Prévia SE Pirineus	Sim	472/2020	08/2020	08/2025
	LP - Licença Prévia Seccionamento Pirineus	Sim	243/2020	04/2020	04/2025
	Dispensa de licenciamento SE Barro Alto	Em renovação	76362 / 2020	03/2020	03/2021
	LP - Licença Prévia de Instalação Edeia - Cachoeira Dourada	Sim	15/2020	01/2020	01/2030
Solaris	Dispensa de Licenciamento SE Jaíba	Sim	S/N	11/2020	-

Dispensa de Licenciamento SE 3 Marias	Sim	S/N	11/2020	-
Dispensa de licenciamento SE Janaúba 3	Sim	Despacho nº 7274678/2020-CODUT/CGLIN/DILIC	03/2020	-
Dispensa de licenciamento SE Pirapora II	Sim	Ofício SEMAD/SUPRA M NORO - PROTOCOLO nº. 28/2021	01/2021	-
Licença de Instalação (LI) + Licença de Operação (LO) LT Janaúba - Jaíba	Sim	CERTIFICADO Nº 5220	04/2021	04/2031
Licença de Instalação (LI) + Licença de Operação (LO) Pirapora – 3 Marias	Sim	CERTIFICADO Nº 5222	04/2021	04/2031
Autorização de Manejo de Fauna – LT Jaíba / Janaúba	Sim	SPP 22/2021	05/2021	05/2022
Autorização de Manejo de Fauna – LT Pirapora/ 3 Marias	Sim	SPP 23/2021	05/2021	05/2022
AIA - Autorização Para Intervenção Ambiental Jaíba / Janaúba + Pirapora/ 3 Marias	Sim	AIA: 5222/2020	04/2021	04/2024

Todos os empreendimentos projetos apresentam Relatórios de Atendimento à Condicionantes, realizados por empresa de engenharia contratada, com as respectivas análises referentes ao atendimento das condicionantes das licenças ambientais apresentadas estando em regularidade junto aos órgãos ambientais competentes.

- **CAR**

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais no Brasil. Criado pela Lei nº 12.651/2012³¹, sua finalidade é integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APPs), de uso restrito, de Reserva Legal (RL), de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, a fim de manter uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Como condicionante do licenciamento ambiental das LTs Janaúba - Jaíba e Pirapora – 3 Maria, a Sterlite deve facilitar as relocações de reserva legal mencionadas nos pareceres de licenciamento e apresentar os respectivos CAR retificados no prazo de 360 dias, a contar da data de emissão da licença (30/04/2021). A empresa declarou que devido ao fato dos projetos estarem em fases pré-operacionais, o processo de regularização junto ao CAR segue os prazos normais para cadastro. Desse modo, entende-se que a Sterlite está em conformidade junto ao Cadastro Ambiental Rural.

- **Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Certificados:**

A Sterlite possui um Sistema de Gestão Ambiental formalizado e certificado de acordo com parâmetros ISO 14.001: 2015 válido até março de 2023 (Certificado nº SGA-1830) para o escopo “Gerenciamento de projeto, de desenvolvimento e de construção de linhas de transmissão e subestações”.

³¹ [LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.](#)

A companhia possui uma Política de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente formalizada que estabelece as diretrizes corporativas quanto ao impacto de suas operações no meio ambiente e desenvolve processos e práticas internas que endereçam temas ambientais, sociais e de governança (ASG) na gestão empresarial.

O acompanhamento dos requisitos socioambientais dos projetos é realizado pela equipe multidisciplinar, com auxílio das áreas que administram os respectivos projetos. As áreas de engenharia que acompanham os projetos se reportam diretamente as Diretorias de Projetos e de Engenharia. Durante a fase de construção dos projetos, a Sterlite conta com um plano de prevenção e controle dos impactos ambientais, consolidando as principais medidas preventivas, mitigadoras e corretivas que devem ser adotadas pelas empresas responsáveis pela construção dos empreendimentos. Esse plano também se constitui como um instrumento gerencial para o monitoramento de todas as atividades das obras, apresentando metas e indicadores de qualidade ambiental referentes à implantação, em consonância com as metas estabelecidas. O Relatório de Detalhamento de Programas Ambientais - RDPA, como é chamado, está alinhado ao Plano de Gestão Ambiental da Sterlite.

Ambiental



• Interferência em áreas legalmente protegidas:

De forma a fundamentar a avaliação dos PDs, foram verificadas – com uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) – eventuais interferências do projeto com áreas de sensibilidade socioambiental (como unidades de conservação, áreas quilombolas, assentamentos do INCRA, territórios indígenas, sítios arqueológicos, entre outros). As Figuras 2, 3 e 4 apresentam a região onde estão situados os projetos elegíveis, bem como os locais com restrições socioambientais. Dessa forma, não foram identificadas interferências em áreas legalmente protegidas em nenhum dos projetos avaliados.

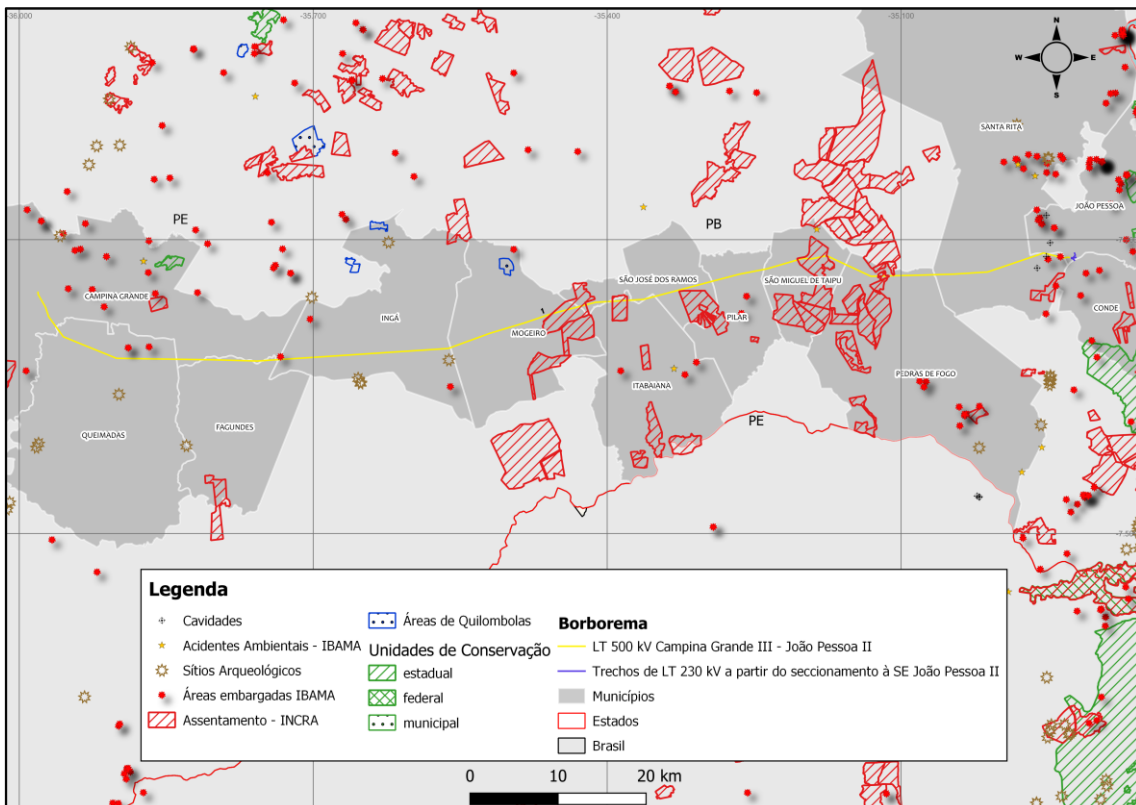


Figura 2: Localização do projeto Borborema e áreas com restrições socioambientais

Fonte de dados: Sterlite, IBAMA, IPHAN, INCRA Elaboração: SITAWI

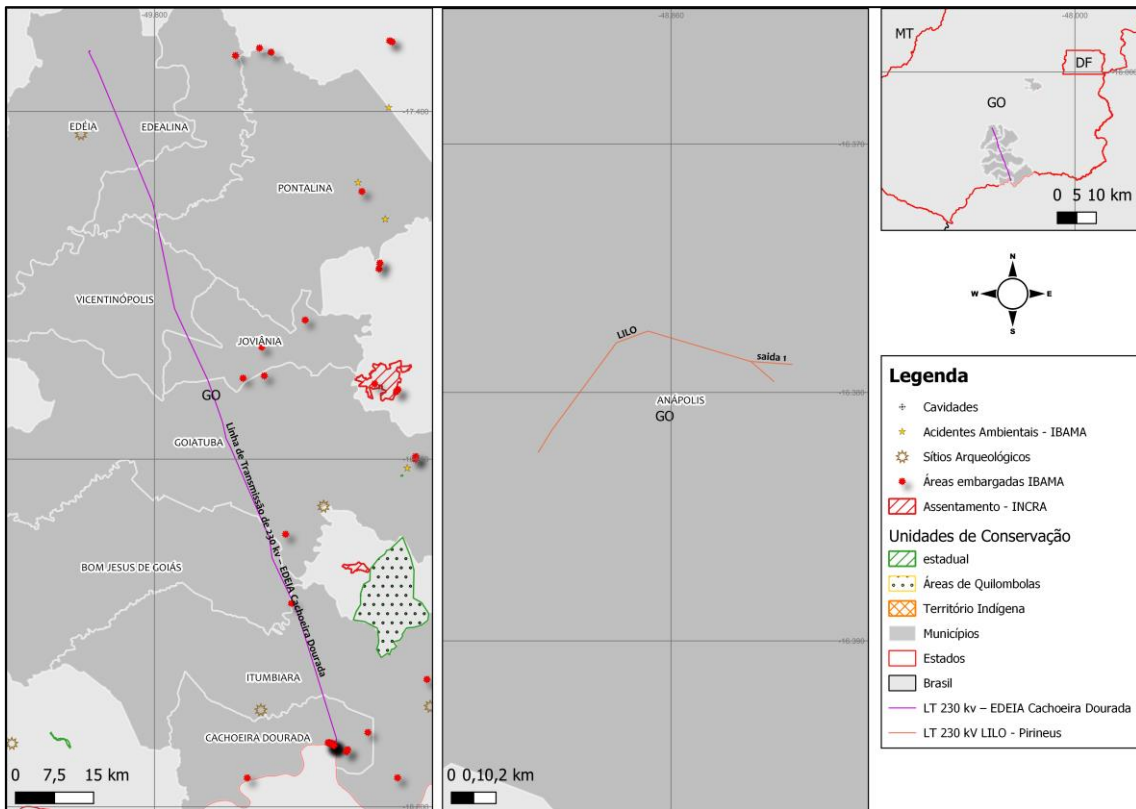


Figura 3: Localização do projeto Goyaz e áreas com restrições socioambientais

Fonte de dados: Sterlite, IBAMA, IPHAN, INCRA

Elaboração: SITAWI

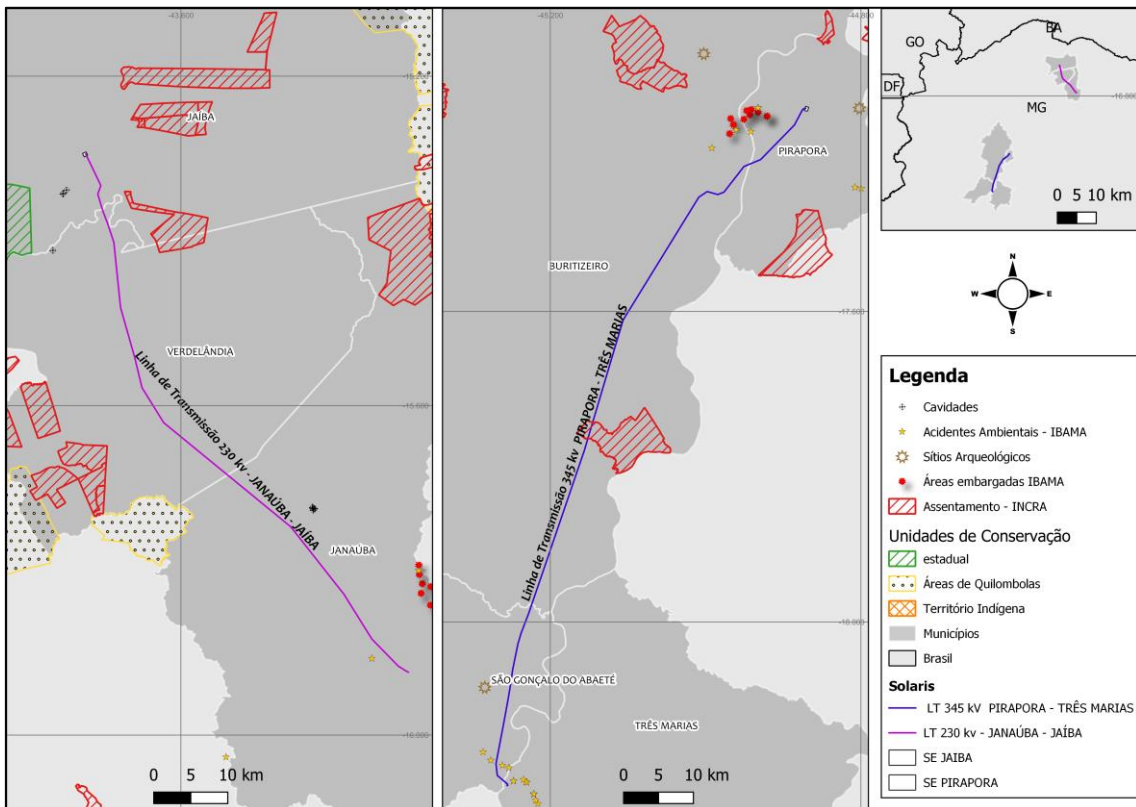


Figura 4: Localização do projeto Solaris e áreas com restrições socioambientais

Fonte de dados: Sterlite, IBAMA, IPHAN, INCRA

- **Interferência na biodiversidade local:**

Para todas as três concessionárias, foram apresentados os respectivos PBAs ou PCAs contemplam Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) para compensar as supressões da vegetação. Os programas têm duração prevista para toda a fase de implantação dos projetos e semestralmente durante os dois anos seguintes. Contudo, não foram observadas evidências de atendimento ao Programa de Restauração da Vegetação (PRV). Apesar disso, a Sterlite informou que promove o atendimento e acompanhamento aos Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).

Referente ao projeto **Borborema**, o Relatório de Confirmação e Atendimento Integral ao PRAD apontou que área de reposição vegetal é equivalente à área suprimida em vegetação nativa para a instalação do empreendimento (Art. 17º da Lei Federal nº 11.428/2006). Portanto, para fins de execução do programa de reposição, a área total a ser reposta é de 26,71 há, como corroborado pela Autorização de Uso Alternativo do Solo (ASV nº 2025.5.2020.17711) válida até março de 2022. O atendimento à condicionante da LP 1857/2019 referente ao projeto de Reposição Florestal está previsto para atendimento, segundo seu cronograma executivo, em 26 meses e coincide com o vencimento da ASV nº 2025.5.2020.17711.

No que diz respeito à concessionária **Goyaz**, o Programa de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD), a proposta de compensação ambiental prevê a recuperação de 16,04 há de vegetação nativa.

O programa de recuperação da concessionária **Solaris** abrangerá as áreas naturais que interceptam a faixa de servidão (21,58 hectares), sendo elas caracterizadas por Floresta Estacional Decidual em estágio médio de regeneração.

Em resumo, é possível identificar que o processo de compensação das áreas suprimidas nos três conjuntos de projetos elegíveis está em fase de implementação/atendimento de condicionantes. Dessa forma, percebe-se esforços de gestão em prol do manejo e minimização da interferência na biodiversidade local.

Para além dos Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), os Planos de Controle Ambiental dos Projetos Borborema, Goyas e Solaris apresentam os seguintes planos e programas referentes à gestão da interferência na biodiversidade local: Programa de Reposição Florestal; Programa de Compensação Ambiental; Programa de Monitoramento da Fauna; Plano de Conservação da Flora; Programa de Supressão Vegetal; Programa de Afugentamento, Manejo e Resgate de Fauna; Programa de Gestão Ambiental. Logo, é possível observar a adequação às legislações e resoluções pertinentes, e o endereçamento das questões ambientais por parte da Sterlite Power e suas concessionárias.

- **Resíduos sólidos:**

As atividades de instalação e operação de linhas de Transmissão geram resíduos, os quais necessitam de um efetivo controle até sua disposição final. Os Resíduos da Construção Civil RCCs, representam a cadeia com maior quantitativo de geração envolvido na implantação dos empreendimentos, e devem ser destinados, preferencialmente para reciclagem e reaproveitamento sempre que possível. Quando não for possível realizar o reaproveitamento dos resíduos, estes devem ser enviados para aterros licenciados para estes materiais, conforme sua classificação definida pelas normativas vigentes. Alguns tipos de resíduos podem, ainda, ser coprocessados, e outros destruídos termicamente; outros podem ser doados para reutilização, a exemplo dos restos de concreto para pavimentação de ruas.

A Sterlite Power desenvolve, em todos os seus projetos, procedimentos de gestão e controle dos resíduos gerados, monitorando desde a geração do resíduo até sua destinação final, passando pelos pontos de coleta, separação, transporte, destinação provisória, a destinação final e o sistema de controle de resíduos.

Todas as concessionárias apresentaram como evidência um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos (PGRSEL), presentes em seus respectivos Planos de Controle Ambiental ou similares. Os PGRSEL são constituídos de diretrizes para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos e procedimentos para o manejo e disposição dos mesmos, devidamente implementados, atendendo às condicionantes das licenças ambientais emitidas.

- **Recursos hídricos e efluentes:**

De acordo com as evidências apresentadas, a água para o consumo nas subestações e demais unidades serão provenientes de poço tubular profundo, que, bombeada para o reservatório elevado, que abastecerá por gravidade todos os pontos de consumo. Os poços serão outorgados junto ao órgão competente, quando da fase de implantação do empreendimento.

Os efluentes sanitários das obras de implantação dos projetos serão oriundos das instalações sanitárias dos canteiros de obras. Os efluentes sanitários e águas servidas serão gerados em todas as áreas onde houver circulação de pessoas, principalmente no canteiro de obras.

Segundo consta no Plano de Controle Ambiental das concessionárias, o sistema de esgotamento sanitário é composto de fossas sépticas compactas e sumidouros, em dimensões padronizadas, a serem instalados nas proximidades dos núcleos de todos os canteiros, na etapa de pré-implantação. Nas frentes de obra são utilizados banheiros químicos contratados por empresas devidamente homologadas para este tipo de serviço. Os resíduos gerados nestes banheiros serão devidamente destinados de forma adequada, conforme legislação pertinente, e, posteriormente, auditada pelo empreendedor junto ao contrato de prestação de serviço.

- **Emissões atmosféricas e gases do efeito estufa (GEE):**

A Sterlite não possui Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), e não realizou o controle e cálculo anual de emissão de GEE para implementação das LTs. No entanto, não há por parte dos órgãos ambientais licenciadores demanda quanto ao monitoramento das emissões de GEE.

Comunidades **Satisfatório**

- **Saúde e segurança da comunidade:**

Para a implementação dos projetos de Linhas de Transmissão foram realizadas Pesquisas de Percepção Socioambiental onde foram identificados atores sociais, como associações e organizações, que atuam nas áreas de estudo do meio socioeconômico dos Projetos. As pesquisas fundamentaram-se na realização de entrevistas semiestruturadas com *Stakeholders* Institucionais representados pelo poder público municipal e terceiro setor; e *Stakeholders* Comunitários representados por líderes comunitários, proprietários de terra e residentes nas áreas interceptadas pelas Linhas de Transmissão.

O objetivo principal das Pesquisas de Percepção Socioambiental foi diagnosticar as inter-relações estabelecidas pelo tripé Atuação Institucional/Comunitária - Meio Socioambiental - Desenvolvimento dos Projetos de Linha de Transmissão nas regiões, delineando o entendimento das partes acerca da implantação e operação dos empreendimentos, projetos para o desenvolvimento local, e impactos que poderão ser sentidos nas regiões a serem interceptadas pelas Linhas de Transmissão, mas também nas locações urbanas próximas.

Os principais impactos negativos identificados durante a Pesquisa de Percepção Socioambiental podem ser sintetizados em: transtornos para os produtores rurais e moradores localizados na área de implantação do projeto; desapropriações; desvalorização de terras; interferências na paisagem; possibilidade de redução na receita do município causada por perdas de áreas produtivas; aumento do número de imigrantes com possível agravamento dos problemas sociais e aumento da demanda dos serviços públicos como saúde e assistência social. Contudo, não há evidência de que os empreendimentos tragam impactos significativos à saúde e segurança das comunidades ao redor.

Segundo os entrevistados, os impactos positivos sobressaem-se aos negativos quando se trata da instalação dos empreendimentos. Além dos pontos em comum, como a geração de empregos e o aumento na oferta e disponibilidade energética no município e região, os entrevistados enfatizaram a importância de estabilizar o fornecimento de energia na zona rural, evitando assim picos de luz e apagões. Ainda de acordo com os entrevistados, os polos industriais são também prejudicados com a instabilidade energética. Portanto, a expectativa dos grupos entrevistados é de melhoria no setor energético para o desenvolvimento industrial dos municípios envolvidos nos projetos.

Outro ponto positivo citado pelos moradores e proprietários rurais é a percepção de que com o aumento na disponibilidade e segurança energética ocorra a redução no custo da energia elétrica para os usuários finais, os quais o consideram muito alto. Portanto, a expectativa é a melhoria da qualidade de vida e de trabalho com a chegada de uma nova Linha de Transmissão.

Além disso, de acordo com o Relatório de Responsabilidade Socioambiental da Sterlaite, para as concessionárias Borborema, Goyaz e Solaris, há a implementação de Programas de prevenção à queimada. Consta ainda no relatório socioambiental que em 2020, uma série de ações de monitoramento, treinamento e divulgação de informações sobre riscos de incêndios foram realizadas visando o engajamento e a proteção das comunidades que vivem no entorno das linhas de transmissões.

Vale destacar que as condicionantes ambientais dos projetos indicam também o Monitoramento Ambiental de Ruído. Porém, devido ao fato de os projetos não estarem em fase operacional, estes monitoramentos não foram realizados até o momento. A Sterlite e suas respectivas concessionárias, possuem um canal confidencial para comunicar e apurar denúncias e relatos vinculados às operações que violem do Código de Conduta e Ética Profissional e/ou qualquer lei, norma ou regulamento.

- **Impacto em comunidades tradicionais:**

Não há evidências de impacto a comunidades tradicionais associadas aos empreendimentos em análise.

• **Reassentamento involuntário:**

A Gestão Fundiária tem um papel de fundamental importância para o desenvolvimento dos Projetos de Linhas de Transmissão (LT). Cabe aos profissionais da área identificar a faixa de terra que será interceptada pelas Linhas de Transmissão em cada propriedade e avaliar o valor de indenização a ser pago aos proprietários. A faixa de servidão, como é conhecido esse traçado de terra, é necessária para a segurança das pessoas que vivem nas proximidades e para a segurança da própria LT durante a operação. Conforme evidenciado através de análise de sensibilidade apresentada nas Figuras 5 e 6 a seguir, foram identificadas interferências em áreas de Assentamento nas áreas de faixas de servidão das LTs dos empreendimentos Borborema e Solaris.

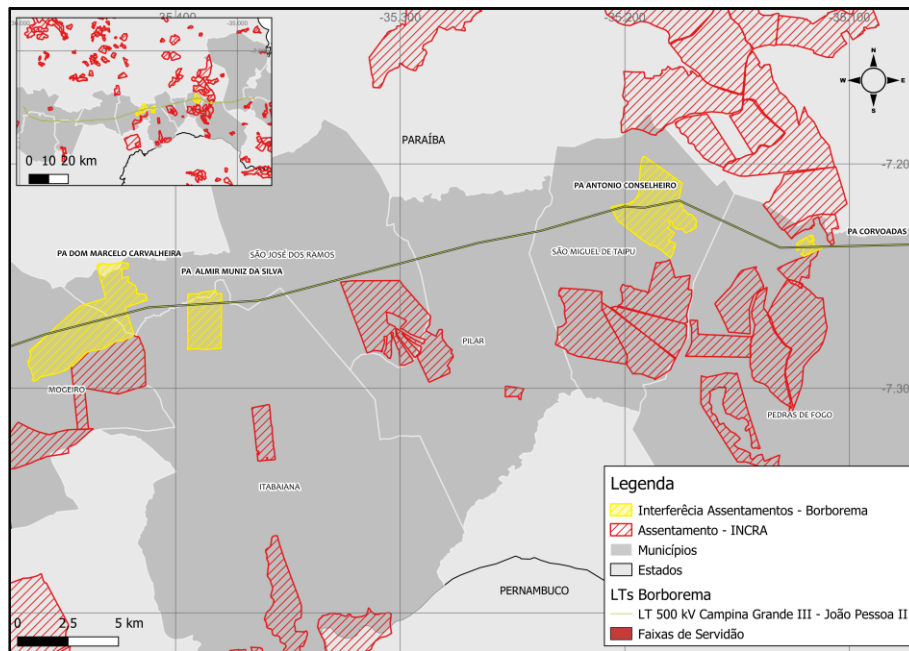


Figura 5: Localização do projeto Borborema e áreas com restrições socioambientais
 Fonte de dados: Sterlite, IBAMA, IPHAN, INCRA
 Elaboração: SITAWI

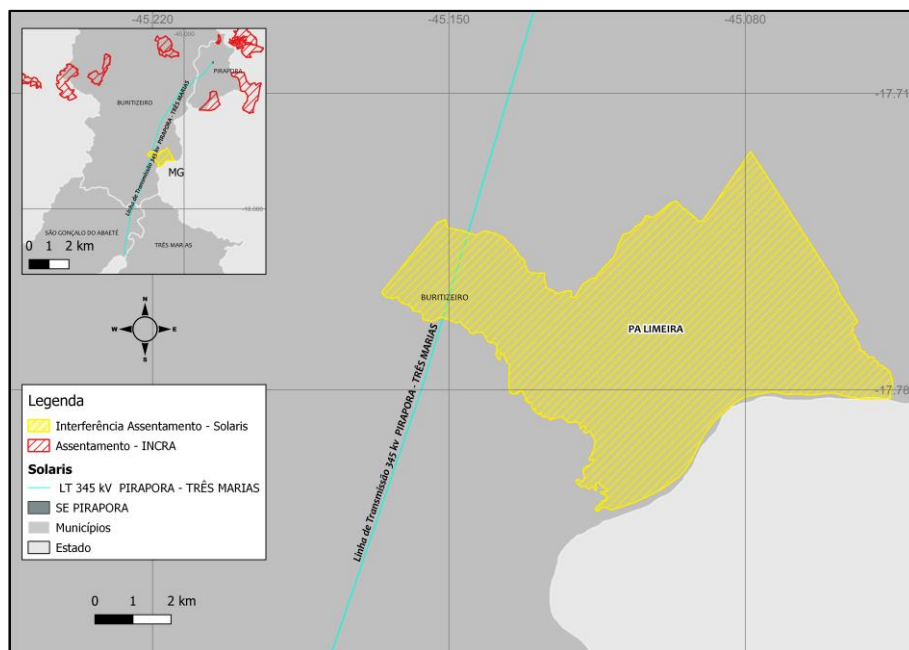


Figura 6: Localização do projeto Solaris e áreas com restrições socioambientais
 Fonte de dados: Sterlite, IBAMA, IPHAN, INCRA Elaboração: SITAWI

O avanço do Projeto Borborema, concessão que conta com 129 km de extensão e será responsável pelo escoamento de energia para as regiões de João Pessoa e Campina Grande, entregando a primeira linha de transmissão com capacidade para 500 kV para as cidades do entorno. Contudo, esse projeto também é responsável pelo por afetar o assentamento de 245 famílias. Já a LT 345 kV Pirapora – Três Marias, pertencente ao empreendimento Solaris, é responsável por afetar 45 famílias ao longo dos 112,2 km extensão da LT.

A tabela a seguir apresenta os assentamentos e famílias atingidas pelos projetos, bem como suas respectivas localizações. A empresa destaca que está envolvida em 388 transações de indenização para ressarcimento das famílias atingidas.

Empresa	LT	Assentamento	CD SIPRA	Município	Famílias
Borborema	500kV Campina Grande III – João Pessoa II	PA DOM MARCELO CARVALHEIRA	PB0248000	Mogeroi - PB	70
		PA ALMIR MUNIZ DA SILVA	PB0243000	Itabaiana - PB	24
		PA ANTONIO CONSELHEIRO	PB0170000	São Miguel de Itaipu - PB	120
		PA CORVOADAS	PB0045000	Pedras de Fogo - PB	31
Solaris	345 kV Pirapora 2 – Três Marias	PA LIMEIRA	MG0258000	Burutizeiro - MG	45

Conforme relatado em entrevistas com representantes da empresa, a Sterlite conta com um núcleo de regularização fundiária com coordenações específicas para cada projeto. Ainda segundo a empresa, em todos os projetos a etapa de regularização fundiária segue o mesmo rito, quando identificadas áreas de interferência são realizados contatos com proprietários dos imóveis atingidos e movidos processos indenizatórios. Em última instância, é recorrida à esfera judicial mediante protocolo de Ação de Constituição de Servidão.

Como o caso do projeto Solaris, onde foi feito pedido de liminar de imissão na posse da área atingida pela LT, a qual foi deferida pelo Juízo competente, estando, conseqüentemente, a Solaris imitada na posse da área de servidão. Frisa-se, que na área de servidão desse imóvel nenhuma benfeitoria está sendo atingida, assim como, não consta há existência de nenhuma família assentada.

Já em relação ao projeto Borborema, não foram apresentadas atualizações quanto aos processos de regularização fundiária. Contudo, os representantes da empresa afirmaram em entrevista que os processos estão correndo em juízo e que nenhum assentamento ou benfeitorias foram afetadas diretamente pelas Linhas de Transmissão.

A Sterlite afirma que devido ao início da pandemia ainda em 2020, e regime de quarentena ao longo dos meses, foi necessário estabelecer rígidos protocolos de segurança sanitária para todos os profissionais em campo. Por esse motivo, a abordagem aos proprietários com terras previstas no traçado da nova linha foi afetada. Contudo, não foram apresentados prazos ou estimativas para finalização dos processos indenizatórios.

Adicionalmente, em relação ao empreendimento Goyaz, foi apresentado como evidência um ofício do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com declaração expressa de que as referidas LTs não impactam a nenhum Projeto de Assentamento ao longo de sua extensão.

- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais:**

Os possíveis impactos arqueológicos durante a implantação dos projetos de linhas de transmissão foram avaliados visando a proteção dos bens arqueológicos existentes nas áreas de influência dos empreendimentos, bem como o cumprimento das orientações do órgão responsável, o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Com relação aos processos junto ao IPHAN, em 2020 foram apresentados os **Projetos de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA)** para os projetos das três concessionárias, de forma que houve por parte da agência a emissão das respectivas portarias autorizativas e Pareceres Técnicos favoráveis sobre os Relatórios e Projetos protocolados.

Durante as atividades de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico foram identificados 28 fragmentos cerâmicos, 3 fragmentos de vidro e 3 fragmentos líticos. Contudo, o relatório conclui que as ocorrências não apresentam elementos relevantes o suficiente para justificar o seu acatamento legal, destacando-se que não foram impactos diretos ou indiretos ao patrimônio arqueológico nas áreas prospectadas. Desse modo, o estudo entende que não há elementos que justifiquem a alteração do projeto para preservação in situ, tampouco que motivem o Salvamento Arqueológico destes bens, uma vez que não atendem a critérios de relevância científica.

Desse modo, o IPHAN também emitiu as devidas anuências à emissão de licenças ambientais relativas aos projetos Borborema, Goyaz e Solaris. Ressalta-se que os devidos pareceres e manifestações do IPHAN foram apresentados como evidência. Desta forma, se conclui que questões relacionadas ao Patrimônio Arqueológico foram endereçadas.

Trabalhadores



- **Condições de Trabalho e Gestão da Relação com os Trabalhadores:**

A Sterlite conta com uma Política de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente onde declara que “todas as lesões, doenças ocupacionais e incidentes relacionados à Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente (QSMS) podem ser evitadas” e “Práticas seguras de trabalho sustentável & fazer sempre bem feito desde a primeira vez com excelência na qualidade podem garantir a confiabilidade dos ativos e crescimento excepcional dos negócios”.

O Código de Conduta e Ética Empresarial da Sterlite Power é um documento único compartilhado por todas as Subsidiárias do grupo. Ele é uma extensão dos valores da Companhia e reflete o compromisso com práticas de negócios éticos e em conformidade com a legislação dos países onde tem presença. O Código resume os princípios e políticas e fornece informações sobre a conduta empresarial para apoiar e guiar funcionários na gestão ética e transparente de suas atividades. O código aborda questões como Prevenção de assédio sexual, Práticas justas de emprego Saúde, segurança e meio ambiente dentre outros.

Além disso, o Código de Conduta da Sterlite define que todos os colaboradores têm dever de assegurar ambiente de trabalho íntegro, honesto e seguro, e também identificar e denunciar quaisquer discriminações e violências dentro do ambiente de trabalho. Para isso, possui um Canal Confidencial para receber denúncias de qualquer natureza relacionadas às operações e relações de trabalho.

- **Proteção da mão-de-obra:**

O Programa de Saúde e Segurança do Trabalho está inserido no Plano Ambiental de Construção para as Linhas de Transmissão dos projetos relativos as concessionárias Borborema, Goyaz e Solaris, e tem como objetivo atender às legislações vigentes no país, relacionadas à Saúde, Segurança e Proteção no Trabalho. Para tanto, tem-se como referência as Normas Regulamentadoras (NR) relacionadas à temática, as quais segundo o programa, deverão ser seguidas integralmente de forma a atender todo o contingente de trabalhadores, com o objetivo de evitar acidentes durante a instalação do empreendimento.

O Programa possui diretrizes mínimas que permutem balizar as ações desenvolvidas, de acordo com procedimentos técnicos e na boa prática médica. Sendo assim, estão previstas ações específicas e integradas a outros Programas dos empreendimentos, a exemplo de treinamentos em procedimentos e processos específicos, além de ações voltadas à propagação de normas de conduta, orientações quanto a medidas de segurança preventiva, treinamentos em segurança individual e coletiva, controle de atendimento a padrões de segurança, contribuindo, dessa forma, para o atendimento das normas de segurança. Além disso, o programa estabelece ações que promoverão a saúde do trabalhador, assim como a adoção de práticas preventivas de acidentes e saúde do trabalho como hábitos saudáveis.

A Companhia possui ainda PCMSO e PPRA revisados anualmente. Como parte desses programas, estabeleceu um Plano de Segurança e Saúde no Trabalho e uma Política de Saúde e Segurança do Trabalho. Dentro dos itens de segurança, são realizados Análise Preliminar de Risco (APR) das atividades, reuniões prévias de planejamento, além do acompanhamento mensal dos indicadores de segurança através de reportes. A empresa também definiu requisitos especiais de segurança para atividades consideradas críticas (*CTS – Critical to Safety*). Destaca-se ainda que a empresa possui certificação ISO 45001:2018 (Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho) para o escopo “Gerenciamento de projeto, de desenvolvimento e de construção de linhas de transmissão e subestações”.

Quanto ao Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) referente às subestações das concessionárias, documento emitido como garantia de que a instalação segue as normas de segurança de incêndio. A Sterlite destaca não possui os respectivos ACVBs devido ao fato de os projetos não estarem operando até o momento. Segundo a empresa, os ACVBs serão obtidos até o início das operações dos empreendimentos.

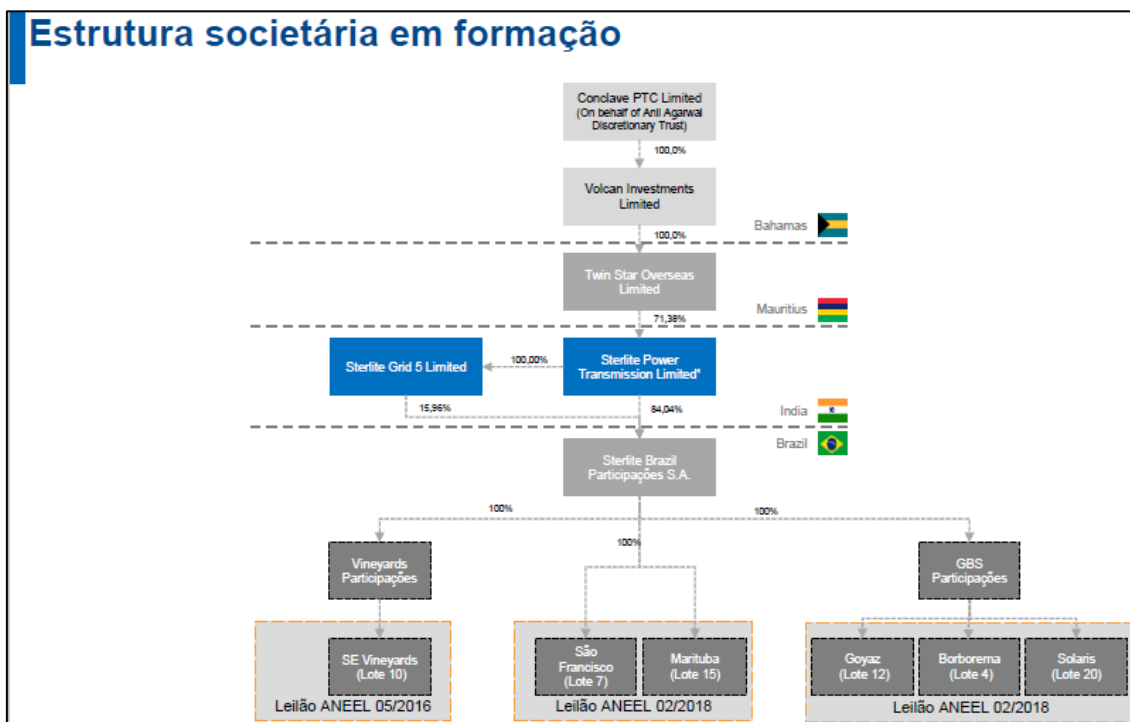
IV. Performance ASG da Sterlite Power

O Grupo Sterlite Power caracteriza-se pela atuação especializada no segmento de infraestrutura para transmissão de energia. A Sterlite Brazil Participações S.A. (“Brazil Participações” ou “SBP” ou “Controladora”), foi constituída em 30 de junho de 2017, pelas empresas estrangeiras Sterlite Power Transmission Limited. (“SPTL”) e Sterlite Grid 5 Limited (“Grid 5”), ambas sediadas na Índia. É uma sociedade anônima fechada brasileira, de capital privado, cujo propósito principal é atuar como *holding* de empresas, participando no capital de outras sociedades.

Como forma de otimização da estrutura corporativa dos Acionistas, em novembro de 2020 foi oficializada a fusão das Empresas Sterlite Power Transmission Lines (“SPTL”) com a Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”). A “SPTL” já pertencia ao grupo econômico dos Acionistas sem impacto na Sterlite Brazil Participações S.A., tanto em suas questões operacionais como também em sua estrutura societária.

No Brasil, o grupo econômico da Brazil Participações é formado pela própria Controladora e por suas Subsidiárias integrais – Sociedades de Propósito Específico (“SPE”) constituídas de acordo com os 6 lotes arrematados nos últimos leilões de transmissão realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conforme a estrutura abaixo:

Figura 7 – Organograma Simplificado do grupo Sterlite Power



Fonte: Sterlite Brazil Participações S.A

A avaliação da empresa foi feita com base nas políticas de escopo social, de segurança e saúde do trabalho e de fornecedores, diretrizes ambientais e políticas e códigos de conduta, ética, corrupção e de governança, em geral. Todos os documentos analisados eram referentes à Sterlite Brazil Participações S.A, enviadas pelas equipes responsáveis. Para a análise de controvérsias, recorreu-se à pesquisa em fontes jornalísticas.

- **Ambiental**

A Sterlite possui um Relatório de Responsabilidade Socioambiental anual por onde divulga os resultados das políticas e diretrizes da empresa. Nele também constam informações ambientais relacionadas às suas concessionárias, fundamentadas no licenciamento ambiental e na execução de programas e atividades atribuídas a cada uma das concessões. O Relatório é público e pode ser acessado no website da empresa.

O enfoque trazido pela Sterlite Power para gestão ambiental na implantação dos seus empreendimentos, consiste em verificar, de forma integrada, melhores práticas ambientais, atendendo aos requisitos de qualidade, meio ambiente e segurança, e às normas e legislação vigente. O principal objetivo é dotar o empreendimento de mecanismos eficientes que garantam a execução e o controle das ações planejadas nos Planos e Programas Ambientais e a adequada condução ambiental das obras.

O processo de licenciamento ambiental está presente em diferentes etapas de projeto e envolve diferentes componentes sociais e ambientais dos meios físico, biótico e socioeconômico dos projetos. Os processos passam por debate interno e externo, visando conceber projetos de qualidade ambiental para que sejam bem recebidos pelos órgãos licenciadores, pela sociedade e pelas comunidades nas regiões onde atua.

A Sterlite possui um Sistema de Gestão Ambiental formalizado e certificado de acordo com parâmetros ISO 14.001: 2015 válido até março de 2023 (Certificado nº SGA-1830) para o escopo “Gerenciamento de projeto, de desenvolvimento e de construção de linhas de transmissão e subestações”.

A companhia possui também uma Política Política de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente formalizada que estabelece as diretrizes corporativas quanto ao impacto de suas operações no meio ambiente e desenvolve processos e práticas internas que endereçam temas ambientais, sociais e de governança (ASG) na gestão empresarial.

- **Social**

O compromisso com a responsabilidade ambiental e social é de fundamental relevância na implantação de empreendimentos de infraestrutura em transmissão de energia. Segundo a Sterlite, este compromisso está presente desde as avaliações iniciais e estudos de engenharia, até as várias fases de licenciamento e execução final. A Sterlite realiza uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e às populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a coexistência em harmonia com comunidade e meio ambiente durante toda a vida útil dos projetos.

O processo de comunicação social estabelece ações para minimizar os efeitos da implantação dos empreendimentos junto às comunidades afetadas direta ou indiretamente. O processo envolve visitas às famílias impactadas, abertura de canais de acionamentos à ouvidoria para atendimento das pessoas impactadas.

A Sterlite monitora e divulga seus Indicadores Sociais Externos como Excelência no atendimento; Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno; Indicadores ambientais (Relacionados com a operação da empresa). Como destaque pode-se citar investimentos em Programas e/ou projetos externos e Desapropriação de terras, onde foram investidos R\$ 11.800.000, 00 em 2020.

Em 2020, a Sterlite Power, no Brasil, contava com uma equipe de 74 colaboradores, para os quais investiu principalmente em saúde e segurança com o objetivo de preservar o bem-estar de todos assim como de suas famílias durante a pandemia da Covid-19. A identificação, avaliação e controle de riscos à saúde e segurança objetiva assegurar que todos os colaboradores sejam treinados, trabalhem em condições adequadas e com equipamentos de proteção individual e coletiva. A Sterlite tem como requisito em todos os seus projetos que atividades só podem ser realizadas após a elaboração de uma APR (análise preliminar de risco). A empresa também definiu requisitos especiais de segurança para atividades consideradas críticas (CTS – *Critical to Safety*).

Em 2020, institui o Comitê de Saúde e Segurança com colaboradores de diversas áreas que monitoram riscos, acompanham indicadores e promovem a comunicação e o treinamento necessário às equipes. Destaca-se ainda que a empresa possui certificação ISO 45001:2018 (Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho) para o escopo “Gerenciamento de projeto, de desenvolvimento e de construção de linhas de transmissão e subestações”.

Com respeito às normas internas, a Sterlite proíbe rigorosamente a discriminação, a violência e o assédio no ambiente de trabalho, conforme aponta Código de Conduta e Ética Empresarial da Companhia. Estas descrevem o compromisso de proporcionar um ambiente de trabalho livre de discriminação, violência e assédio, e pontua as obrigações de manter um ambiente respeitoso e diverso, encorajando o reporte e o relato de incidentes, seguindo procedimentos adequados.

Quanto a Remuneração, Benefícios, a Sterlite possui políticas de Recursos Humanos e iniciativas voltadas ao bem-estar de todos os colaboradores como: Plano de saúde e odontológico incluindo dependentes; Seguro de vida em grupo incluindo dependentes; Vale-refeição ou vale-alimentação; Vale-transporte ou estacionamento no local; Auxílio a idiomas; Participação nos lucros e resultados; Treinamentos internos e externos; e Horário flexível de trabalho

Já em relação a Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade, a empresa declarou que investe na capacitação e desenvolvimento de seus colaboradores por meio de treinamentos técnicos e comportamentais oferecidos internamente e através de parceiros. Incentiva a criação de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) por parte de seus colaboradores com o objetivo de direcionar e orientar o desenvolvimento e aprendizado. Como resultado, por meio dos resultados da Avaliação de Desempenho são realizados os pagamentos da Participação dos Lucros.

A Sterlite Power, no Brasil, realiza uma pesquisa anual para avaliar o engajamento de colaboradores e o desempenho de gestores neste quesito. Os resultados dessa pesquisa fornecem um cenário do momento, proporcionando a empresa celebrar ações positivas e, também propor planos de ação direcionados às melhorias necessárias.

O processo de gestão de terceiros e parcerias da Sterlite, passa pelas etapas de categorização de risco, aprovação do fornecedor, qualificação do fornecimento e avaliação da performance do fornecedor. A etapa de aprovação de fornecedor compreende avaliações de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho realizadas na sede dos fornecedores de materiais e equipamentos. No caso de empreiteiras, as avaliações são realizadas em obra similar em execução. Por fim, todos os fornecedores críticos passam por uma avaliação trimestral de performance realizada por comitê interno que envolve as disciplinas de: Qualidade, Meio ambiente, Saúde e segurança no trabalho, dentre outros. O cumprimento destas obrigações é avaliado durante todo o ciclo de vida dos Projetos.

- **Governança**

O Grupo Sterlite Power no Brasil, é formado por uma empresa holding, detentora da integralidade do capital das 7 empresas subsidiárias responsáveis pela execução dos respectivos projetos. Segundo apresentado em seu Relatório Socioambiental, a empresa possui sistemas e ferramentas necessárias ao aprimoramento de sua governança e conduz processos de controles internos, com objetivo de aprimorar a segurança e a transparência nas informações, integração e alinhamento suas equipes de forma a garantir a aderência aos propósitos e estratégias do Grupo.

O Código de Conduta e Ética Empresarial da Sterlite Power é um documento único compartilhado por todas as Subsidiárias do grupo, na Índia e no Brasil. Ele é uma extensão dos valores da Companhia com o intuito de refletir o compromisso com práticas de negócios éticos e em conformidade com a legislação dos países onde o grupo presença.

O documento resume os princípios e políticas, além de fornecer informações sobre a conduta empresarial para apoiar e guiar seus colaboradores na gestão ética e transparente de suas atividades. O Código é revisado periodicamente e disponibilizado a todos os colaboradores, que contam com treinamentos anuais sobre o conteúdo do código com temas como: Como nós fazemos negócio; Fraude, má-conduta e lavagem de dinheiro; Responsabilidades para a empresa e contratados; Prevenção de assédio sexual; Práticas justas de emprego; Responsabilidade com os acionistas; Práticas contábeis, negociação e informação privilegiada; Conflito de interesses; Proteção e utilização de ativos da Companhia; Comunicações públicas, uso da marca e proteção da informação confidencial; Presentes e doações, dentre outros.

A Companhia assegura a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis emanados por órgãos e agências reguladoras, às políticas, normas e procedimentos internos estabelecidos. Ainda segundo a empresa, as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A empresa também possui ainda um Canal Confidencial voltado para relato de atitudes antiéticas, ilegais ou comportamentos inadequados. O contato ao Canal Confidencial funciona gratuitamente, 24 horas por dia, 7 dias por semana, através de e-mail, telefone e/ou website.

- **Controvérsias**

Foi realizado um estudo de controvérsias para identificar pontos de atenção quanto às atividades da empresa e seu desempenho ESG. Não foram encontradas controvérsias recentes envolvendo as atividades diretas ou indiretas da empresa. Por meio dessa análise, concluímos que a Sterlite Brazil Participações S.A. possui práticas ASG adequadas e *know how* técnico de suas atividades. Sendo assim, firmamos que a empresa tem plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos e sustentar as condicionantes que a permitem receber recursos de um Título Verde.

V. Método

A análise da SITAWI é baseada em sua metodologia proprietária, fundamentada em *standards* reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de três etapas:

- 1) Avaliação da emissão – o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impactos socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*:
 - Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
 - Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
 - Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título Verde;
 - Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.

- 2) Performance ESG da Empresa – avaliamos a empresa de acordo melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI³² e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ESG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias em que a empresa está envolvida.

Legendas

Dicionário de definições e classificações adotadas neste relatório.

Nível da Asseguração

Níveis de asseguração segundo a ISAE 3000.

Níveis de asseguração	
Razoável	<i>Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.</i>
Limitado	<i>Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.</i>

Nível de performance do projeto/empresa

³² <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

●●●● Superior

A empresa ou o projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

●●●○ Confortável

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

●●○○ Satisfatório

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

●○○○ Insuficiente

O projeto ou a empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

○○○○ Crítico

A empresa ou projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade	
Pouco significativo	<i>Descumpra a lei e/ou afeta aos Stakeholders, mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.</i>
Significativo	<i>Descumpra a lei e/ou afeta negativamente aos stakeholders, mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo para a empresa.</i>
Muito significativo	<i>Descumpra a lei e afeta negativamente os stakeholders, sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.</i>
Crítico	<i>Descumpra a lei e afeta negativamente os stakeholders, sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.</i>
Responsividade	
Proativa	<i>Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.</i>
Remediativa	<i>A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.</i>
Defensiva	<i>A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.</i>
Não-responsiva	<i>Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.</i>

Formulário Green Bond Principles

Green Bond / Green Bond Program

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: GBS Participações S.A

Review provider's name: SITAWI

Completion date of this form: 14/01/2022

Publication date of review publication: January 2024 (estimated)

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, the issuance is aligned with the Green Bond Principles and therefore eligible to the market as Green Bonds. The proceeds will finance and reimburse the implementation of transmission line projects, which become operational between 2023 and 2024.

The proceeds of the issuance will be directed to capital expenditures totaling R\$ 625,000,000. About 14% of the proceeds will be allocated to reimbursement of expenses related to eligible projects, and the remaining proceeds will be directed to future expenses, expected to be allocated by December 2023. The portion of the funds not immediately allocated to projects will be held in financial instruments with low risk of contamination, such as Bank Deposit Certificates (CDB).

The projects offer tangible environmental and climate benefits and are partially aligned with the European Union's Sustainable Finance Taxonomy and the CBI's Sectoral Criteria for Grids and Storage. The construction and operation of transmission lines connected to the Brazilian interconnected system (SIN) supports the integration of renewable energy into the electricity grid. The Brazilian grid has an emission factor on a reduction path and below 100 gCO₂e/kWh since 2015. Sterlite is committed to report and publish annually the environmental benefits of the project until the maturity of the Bond,

and the allocation of proceeds until its full allocation. Sterlite will make the SPO report public.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: According to SITAWI, Sterlite's issuance is aligned with the Green Bond Principles and therefore eligible as a Green Bond under the Renewable Energy category. The proceeds will be used for future repayments and payments related to the power transmission (LT) lines. The projects will become operational between 2023 and 2024. The issue totals R\$ 625,000,000. About 14% of the proceeds will be used for reimbursement of expenses related to the eligible projects, and the remaining (86%) will be directed to future expenses, expected by December 2023.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable):

Overall comment on section (if applicable): The nominated projects are defined in the debentures' term sheet and offer tangible environmental benefits, being partially aligned with the European Union's Sustainable Finance Taxonomy and the CBI criteria for transmission lines. The Brazilian Interconnected System (SIN in Portuguese acronym), which has an emission factor below 100 gCO₂e/kWh since 2015.

Evaluation and selection

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input checked="" type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): <i>The eligible projects and assets have already been defined by the issuer.</i> |

Information on Responsibilities and Accountability

- Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification
 In-house assessment
- Other (*please specify*):

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): The green bonds amount to R\$ 625,000,000, of which R\$ 85,000,000 (14%) will go to the Borborema project, R\$ 95,000,000 (15%) to Goyaz and R\$ 260,000,000 (42%) to the Solaris project, and R\$ 100,000,000 (16%) defined as Financial Expenditures.

The funds will be directed to issuer's account, and then will be allocated to the Special Purpose Vehicles (SPV). Proceeds temporarily non-allocated will be kept in Bank Deposit Certificates (CDB), which represent low risk of contamination. The issuance is classified as incentivized under the Law 12,431/11, and therefore are subject to penalties and early termination clauses in case the proceeds are not allocated to the eligible projects.

Tracking of proceeds:

- Green Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

Additional disclosure:

- Allocations to future investments only
 Allocations to both existing and future investments
- Allocation to individual disbursements
 Allocation to a portfolio of disbursements
- Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds
 Other (*please specify*):

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): Sterlite is committed to report annually the project's environmental benefits until the Bond's maturity, and the allocation of proceeds until its complete allocation. All the information will be published in Sterlite's website. The commitments described here will be subject to an external review by SITAWI within 24 months. Sterlite is committed to publish the Second Party Opinion report.

Use of proceeds reporting:

- Project-by-project
 On a project portfolio basis
- Linkage to individual bond(s)
 Other (*please specify*):

Information reported:

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocated amounts | <input checked="" type="checkbox"/> GB financed share of total investment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |
| Frequency: | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Impact reporting:

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Project-by-project | <input checked="" type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| Frequency: | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Information reported (expected or ex-post):

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> GHG Emissions / Savings | <input type="checkbox"/> Energy Savings |
| <input checked="" type="checkbox"/> Other ESG indicators (<i>please specify</i>): <i>Provision of transmission service to Green Users, Monitoring of controversies and accidents, Average emission factor of SIN in the last 5 years (emission of tonCO₂eq/MWh generated in the SIN)</i> | |

Means of Disclosure

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Information published in financial report | <input checked="" type="checkbox"/> Information published in sustainability report |
| <input type="checkbox"/> Information published in ad hoc documents | <input checked="" type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): <i>company's website</i> |
| <input type="checkbox"/> Reporting reviewed (<i>if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review</i>): | |

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<https://www.sterlitepower.com/br/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE**Type(s) of Review provided:**

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2 nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification / Audit | <input type="checkbox"/> Rating |

- Other (please specify):

Review provider(s):

Date of publication:

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) Verification: An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) Certification: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) Rating: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / program.